

História política e historiografia do Brasil República

IONE OLIVEIRA

*Professora do Departamento de História da
Universidade de Brasília.*

Assim como o que foi exposto no IV Encontro Regional da ANPUH-DF, este texto está dividido em duas partes¹. A primeira tem como objetivo assinalar algumas questões e enfoques que marcaram o processo da construção histórica da chamada Nova História Política, que na sua interdisciplinaridade possui enfoques, abordagens e domínios distintos da História Política Tradicional. Na segunda parte, faço algumas considerações sobre a dimensão política da historiografia brasileira do período republicano, com ênfase na produção historiográfica sobre partidos e participação política.

O processo de formação da sociedade brasileira é múltiplo, heterogêneo e vivo. Por isso, o historiador necessita ter conhecimento da variedade dos estudos historiográficos, da diversidade da história e suas narrativas, para não cair na armadilha de acreditar que o objeto de sua pesquisa e o conteúdo que veicula constitui a última palavra sobre a matéria em questão. Nas experiências históricas e nas produções historiográficas existe um processo cumulativo. Os pesquisadores conseguem sempre explicações, compreensões e/ou interpretações parciais de uma dada realidade histórica, o que requer uma constante reelaboração do nosso passado².

A concepção de história aqui utilizada tem como objeto a observação e o registro das mudanças e das continuidades que afetam a sociedade brasileira. E, mesmo a produção historiográfica, não escapa nem da mudança nem da permanência. Contemplar o passado é também olhar para as demandas do presente; por isso, toda história é contemporânea³.

Como classificar um trabalho historiográfico dentro da Nova História Política? A concepção de história criada pelos gregos foi baseada na narração

dos grandes feitos heróicos para que eles não caíssem no esquecimento. Junto a esta percepção de história nasceu a história política que tem enfoque no poder constituído: as guerras, os regimes de governo, os reinos e o funcionamento das instituições.

A origem do termo política vem do grego *pólis*. A vida de um cidadão na *pólis* – *pólis* significando cidade – estava centrada na sua atuação em duas esferas: a privada, que envolvia o âmbito familiar, e a esfera pública, que era exercida no espaço público urbano ou no ordenamento político – denominado espaço da *pólis*.⁴

Privilegiando a narração das grandes ações humanas, os historiadores acabaram por eleger o Estado como o foco mais importante. A denominada História Política Tradicional, ao longo de seu processo de construção, foi demarcando temas, objetos e métodos, mas sempre tendo como alicerce a visão centralizada e institucionalizada do poder. A narrativa histórica revelava os eventos, as rupturas e os períodos das formas de poder dos soberanos.

A definição de ciência histórica no século XIX, junto com a afirmação das nações e da nova ordem burguesa, corroborou ainda mais para a hegemonia do político nos estudos da história.⁵ A História Política do século XIX teve como objeto de estudo, basicamente, os fenômenos referentes aos Estados, dirigidos por seus líderes. As preocupações dessa História Política metódica foram os estudos das grandes personalidades – como presidentes, reis, heróis nacionais, generais, eclesiásticos, dirigentes partidários, ilustrados –, as descrições dos episódios heróicos – tais como as batalhas, as crises e as revoluções –, e as menções sobre elite social e instituições estatais. Poder significava a formação, a distribuição e o seu exercício a partir e por intermédio do Estado, tanto no âmbito nacional quanto no internacional.⁶

Os historiadores destacavam figuras relevantes que ocupavam postos institucionais como os únicos condutores da História. Os demais membros da sociedade desempenhavam uma ação periférica nessa narrativa dos acontecimentos. As fontes utilizadas visavam achar os fatos verdadeiros. Coube a história buscar provas e argumentos, através da investigação rigorosa das fontes textuais, oficiais, primárias e originais, para justificar as causas defendidas pelos historiadores: a história de príncipes, de dinastias, de reinos, da igreja, do Estado-nação, das crises institucionais etc. A crítica erudita das fontes foi o componente essencial do método histórico como forma de garantir cientificidade a História, a denominada História Positivista.⁷

A historiografia metódica ou positivista instituiu a verdade histórica. A tarefa do historiador significava, segundo Leopold von Ranke (1795-1886), um comprometimento em escrever a história “como ela essencialmente foi” (*wie es eigentlich gewesen ist*) ou “o saber sobre ela [história] é ela própria”.⁸

Apesar da polêmica em torno das afirmações de Ranke, predominou uma história narrativa, factual, circunstancial, idealista, cronológica e linear, pretensamente objetiva e elaborada a partir de fontes primárias, originais, regularmente constituídas e consideradas genuinamente “verdadeiras”. Esta compreensão de História Política, caracterizada a partir e através do Estado, permaneceu praticamente inalterada até as três primeiras décadas do século XX.

Em 1929, com a criação da *Escola dos Annales*, sob a direção de Marc Bloch e Lucien Febvre, a própria concepção de História com a hegemonia do político “vista de cima” começou a sofrer ataques e a produção historiográfica foi se transformando. Saíram em defesa de novos paradigmas para a interpretação da História e foram, paulatinamente, formulando uma nova percepção de história, onde o econômico e o social ocupavam o lugar principal. Seus pressupostos enfatizavam a longa duração como mais importante do que os movimentos de ruptura – ou de curta duração. Privilegiaram a continuidade, as entidades coletivas, os fenômenos sociais e suas relações com o econômico e o mental, o mundo do trabalho, da produção e as relações sociais daí resultantes; enfim, a análise das estruturas “vista de baixo”, a opinião das pessoas comuns e o interesse por toda a atividade humana – a História Total.⁹

Para os fundadores da *Escola dos Annales* e para seus discípulos, a História Política narrada até então agrupava inúmeros defeitos centrados no interesse pelas minorias privilegiadas, no esquecimento das massas, na preocupação com os fatos efêmeros e no apoio de uma massa documental descontínua. Quando o contato entre os historiadores e o marxismo se tornou evidente, as pesquisas sobre os aspectos socioeconômicos e socioculturais da realidade histórica adquiriram uma importância notável.¹⁰ Ao mesmo tempo em que o enfoque político dos fatos sociais foi colocado à margem, as renovações historiográficas produzidas pela *Escola dos Annales* e pelos marxistas ampliaram o horizonte interpretativo do historiador e, desse modo, criaram condições para que a História Política viesse a receber um novo tratamento.

A condenação veemente da História Política Tradicional como dado historiográfico e como acesso ao mercado editorial foi restrita à França. Em países como a Inglaterra, a Alemanha, os EUA e o Brasil este processo de contestação foi mais lento e menos contundente. Por exemplo, na então Alemanha Ocidental houve o predomínio da História Política nas décadas de 1950 e 1960, apesar dos postulados por uma história econômica ou cultural em oposição à História Política de Karl Lamprecht.¹¹ Nos Estados Unidos, a produção acadêmica voltada para a história social suplantou a história política nos anos de 1970. Mesmo Jacques Julliard reconheceu a permanência da História Política entre 1930 e 1970 na França.¹²

Para René Rémond¹³, um dos maiores defensores da “Nova História Política”, não havia dúvida de que grupos organizados poderiam influenciar nas diretrizes das políticas públicas; além disso, uma ação política institucional também poderia mudar o curso da economia ou a vida das pessoas.¹⁴

De acordo com Rémond:

Se o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua via privada... [Entretanto] o historiador do político não reivindica como objeto de sua atenção preferencial essa hegemonia; não pretende que tudo seja político, nem terá a imprudência de afirmar que a política tem sempre a primeira e a última palavra, mas constata que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social.¹⁵

Segundo Pierre Rosanvallon, o pressuposto metodológico desta concepção de História é que:

O político não é uma “instância” ou um “domínio” entre outros da realidade: ele é o local onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo.¹⁶

A partir dos anos de 1980 assistimos a uma lenta e contínua revalorização da política, do poder, da ação política e de suas representações, em nível internacional. Os novos enfoques sobre a História Política significaram, num primeiro plano, reflexões acerca do poder, enquanto campo de representação do social, atrelado aos diversos aspectos da existência humana. Algumas

problemáticas foram formuladas, tais como: Como o poder é socialmente produzido? Como o Estado é socialmente institucionalizado? Como o conjunto das instituições que o compõem se encontra com os diversos segmentos da estrutura social? Quais são seus mecanismos de difusão pelos mais variados domínios da vida social? Quais setores sociais se articulam no âmbito da formação estatal para fazerem valer suas prerrogativas? Como a mobilização dos governados impõe limites à ação do Estado? Como certas mudanças políticas interferem na vida social de um grupo? Ou qual é o grau de ingerência do Estado sobre a sociedade e suas categorias culturais? Como se dá a resistência da sociedade às diretrizes políticas estatais? De que modo essa resistência promove mudanças no estilo de governar? Como uma determinada conjuntura política repercute no seio de um segmento social? Qual é a reação de setores sociais diante de uma crise política institucional? Quais mudanças políticas são reivindicadas pela sociedade perante uma crise? Como identificar as prerrogativas dos órgãos administrativos, jurídicos e militares?¹⁷

A partir dessas problemáticas, as reflexões sobre as relações Estado/Sociedade visam confirmar a complementaridade de ambos. Não podemos nos esquecer que boa parte da humanidade vive há séculos dentro de um ambiente político institucionalmente delimitado - o Estado.¹⁸ Importante, nesta Nova História Política, é a percepção de que as relações políticas em uma sociedade não podem ser compreendidas apenas mediante o estudo do Estado e das suas instituições. Entre as novas abordagens foi necessário incluir a acepção plural da palavra poder – para poderes.¹⁹

Ao estudar a participação na vida política, as representações coletivas, as práticas políticas e os processos eleitorais, a História Política contempla o “indivíduo comum”, perdendo assim seu caráter elitista e individualista. O interesse está voltado para a pluralidade de ritmos temporais: alguns fatos ocorrem em uma cadência rápida com datas precisas – por exemplo, a mudança de um governante ou uma alteração na legislação político-eleitoral.²⁰ Outros incidem em uma longa duração – por exemplo, as formações políticas, as ideologias e as culturas políticas. Estas continuidades e descontinuidades podem ser avaliadas via aportes documentais quantitativos – como os dados eleitorais, partidários e de outras formas de organizações políticas – ou qualitativos – como personagens, eventos e textos das doutrinas políticas.²¹

Quando o historiador se volta para a apreciação destas temáticas no interior da dimensão política, são evidentes as conexões com outros campos historiográficos, como a História Cultural, a História das Mentalidades, a História Econômica ou a História Social. Apesar dos diversos domínios historiográficos, não existem acontecimentos na vida real que sejam exclusivamente políticos, econômicos, sociais, demográficos ou culturais. Os enfoques, as abordagens e as dimensões no campo historiográfico são interdependentes.²²

A segunda parte da análise visa tecer alguns comentários sobre a concepção da Nova História Política na produção historiográfica sobre o Brasil República após 1980. Embora a História Política tenha ampliado a produção e conquistado o mercado editorial – como na França – ou tenha sido revigorada – como na Alemanha, – há no Brasil polêmicas sobre sua renovação.

Em estudo publicado em 1976, José Roberto do Amaral Lapa aponta para um aumento significativo das pesquisas acadêmicas e publicações na área de História do Brasil contemporâneo – Império e República. Este interesse, segundo o autor, representa o desejo de conhecer e produzir conhecimento sobre a realidade política da sociedade brasileira, cabendo ao historiador político enfrentar a temporalidade sob a perspectiva da permanência e não apenas da mudança.²³ Em 1990, na obra *História política da república*, Amaral Lapa verifica que a história política apresenta uma curva ascendente na historiografia brasileira dos anos de 1980, tanto em projetos de pesquisa quanto em mercado editorial, apesar da lenta renovação teórica e metodológica.²⁴

Marieta de Moraes Ferreira afirma permanecer no Brasil certa desconfiança e desprezo sobre aqueles que se declaram historiadores do político.²⁵ Francisco Falcon enfatiza a primazia do enfoque político no campo historiográfico. Sua dúvida é se nesses trabalhos há predomínio dos métodos, das abordagens e dos problemas da Nova História Política. Diz não ter instrumento para comprovação, mas acredita que a maioria dos trabalhos foi escrito nos moldes tradicionais da História Política.²⁶

Maria de Lourdes Janotti e Márcia Mansor, ao analisarem a produção de dissertações e teses de história do Brasil entre 1985 e 1994, comprovam que as preocupações com os aspectos políticos da História são preponderantes:

68% dos trabalhos contêm o político e dialogam com outras instâncias interrelacionadas nesse período. Destacam também que os novos estilos da História Política têm provocado poucos impactos no Brasil, mas reconhecem que o político foi mantido como ponto de referência central das narrativas.²⁷

Segundo Ângela de Castro Gomes, é significativa a produção historiográfica sobre os estudos políticos no Brasil, tanto sob a ótica da Nova História Política, quanto sob as lentes da ciência política no campo das ciências sociais.²⁸ Afirma que esses novos modelos interpretativos da história do Brasil estão entrelaçados com as mudanças teóricas e metodológicas da historiografia internacional e os denominam História Política renovada. Mesmo os estudos na dimensão da História Social, Gomes considera importante privilegiar abordagens que ressaltam variáveis políticas e culturais, reconhecendo-as como instituintes da realidade social.²⁹

Como a história tem o objetivo de explicar o tempo atual e o historiador é um sujeito de seu tempo, o conhecimento historiográfico recente tem procurado reinterpretar o passado em razão do presente ou mesmo motivado pelo futuro tal como este é posto como ideal. Comprometidas com esta problemática atual, as vertentes da historiografia do Brasil não poderiam deixar de ter uma preocupação crescente com o enfoque político.³⁰

As razões da continuidade e da revitalização da História Política se devem à importância do político no mundo moderno, principalmente às mudanças no cenário internacional a partir da década de 1980, exemplificadas nas críticas ao modelo soviético autoritário e no anseio de democracia, no reformismo, no surgimento dos movimentos nacionalistas e na reordenação da economia mundial.

No Brasil, o principal motivo foi o processo da transição democrática nos anos de 1980 e todos os desafios da sociedade brasileira para consolidar a democracia, fundamentada nos princípios básicos de cidadania. Garantida a democracia de direito, com a Constituição de 1988, restam ainda, para os diversos setores sociais brasileiros, analisar de que forma estes anseios estão sendo alcançados ou quais são as chances de se realizarem.

Dentre os principais desafios, podemos citar: a erradicação das práticas políticas autoritárias, a redução da desigualdade social e construção da cidadania plena, a eliminação do clientelismo dos partidos, a organização dos serviços públicos, o banimento da corrupção dos políticos; corrupção esta que também está entranhada nas relações interpessoais.³¹

Alguns estudos sobre o político, resultante do conhecimento historiográfico centrado na dimensão da História Política renovada, abarcam os cortes clássicos das estruturas políticas: órgãos burocráticos, partidos, sindicatos, forças armadas, governos e políticas públicas. Através desses temas, expande-se a discussão sobre participação e representação políticas, identificando-as com a cultura política.³² A partir da introdução de novas abordagens e das relações políticas vigentes na sociedade brasileira após 1980, surgem pesquisas sobre comportamento eleitoral da população, ação dos partidos, papel do Congresso e características do sistema representativo brasileiro.

Para finalizar, serão mencionados alguns historiadores e cientistas políticos que têm dado relevantes contribuições no campo da História Política sobre a organização das unidades políticas, mais especificamente sobre sistema partidário e participação política no Brasil republicano.

Desde o final dos anos de 1960, a oposição ao regime militar provocou interesse na compreensão do nosso sistema partidário. O objetivo era fazer uma reflexão sobre os partidos políticos e as suas funções na sociedade contemporânea. Qual o significado da existência e o papel dos partidos, do final do século XIX até hoje? As conclusões foram quase unânimes. Apesar de se constatar a ausência de uma cultura democrática enraizada nas relações sociais brasileiras, no entanto, os partidos políticos – atores coletivos – foram considerados fundamentais para a reconstrução da democracia no Brasil e para o exercício da participação e representação políticas.³³

Assim, a obra de Carlos Guilherme Mota, *Brasil em perspectiva* (1968) trouxe a público artigos sobre a estrutura político-partidário da Primeira República e sobre o período entre 1945 e 1962, produzidos respectivamente por Maria do Carmo Campelo de Souza³⁴ e por Paula Beiguelman³⁵. Gláucio Dillon Soares analisou, em 1973, em *Sociedade e política no Brasil*, as tendências de crescimento e declínio dos partidos no processo eleitoral entre 1945 e 1964.³⁶ Campelo de Souza também publicou em 1976, *Estado e partidos políticos no Brasil*, com destaque para o sistema partidário entre 1945 e 1965 e seu entrelaçamento com a ideologia autoritária do Estado Novo³⁷.

Entre as agremiações partidárias, o Partido Comunista Brasileiro é o mais estudado. O engajamento dos historiadores e a contestação do PCB e de suas facções ao regime militar explicam esta primazia, tais como: Ronald

Chilcote, *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*³⁸; Michel Zaidan, *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*³⁹; e a *História do marxismo no Brasil*, em seis volumes, alguns organizados por João Quartim de Moraes, e outros por Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho⁴⁰.

Hélgio Trindade escreveu para a coleção *História Geral da Civilização Brasileira* sobre o Movimento Integralista e a Ação Integralista Brasileira (AIB)⁴¹. Rosa Cavaleri analisou a ideologia, a organização e a mobilização popular, inclusive a feminina, nos quadros da AIB.⁴² Em 2003, Marcos Maio disserta sobre “Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)”.⁴³

De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, de Lúcia Hippólito⁴⁴; *A UDN e o udenismo*⁴⁵ e *O PTB e o trabalhismo*⁴⁶, ambos de Maria Vitória Benevides; bem como *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945 a 1965*, de Maria Celina D’Araújo⁴⁷; *O PTB: do getulismo ao reformismo*, de Lucília de Almeida Neves Delgado⁴⁸; *Semeando democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil*⁴⁹, de Margarida de Matos Vieira e Miracy Gustin; e *A democracia nas urnas*⁵⁰, de Antônio Lavareda, são excelentes exemplos de análises sobre a experiência partidária no Brasil entre 1945 e 1964. Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira publicaram em *Jango: as múltiplas faces*, um capítulo intitulado “Tempos de formação: o PTB e o Ministério do Trabalho”⁵¹.

Maria D’Alva Kinzo fez uma análise da atuação político-parlamentar do partido contrário ao regime militar, em *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*⁵² e a ARENA, partido que sustentou a pouca democrática ação parlamentar durante os governos militares entre 1966 e 1979, foi contemplada com uma tese de doutorado em 2004⁵³.

Com a expectativa de que a redemocratização do Brasil concretizaria a situação ideal na qual a força partidária, os realinhamentos eleitorais e o aparecimento de novas alternativas partidárias diferiam do quadro anterior, Raquel Meneguello analisa o Partido dos Trabalhadores, em *PT: a formação de um partido (1979-1982)*⁵⁴.

A partir deste conhecimento histórico-político, Antônio Octávio Cintra e Lúcia Avelar organizaram *Sistema político brasileiro: uma introdução*, com artigos e recortes sobre os fundamentos da política e da sociedade brasileiras; a relação estado/sociedade, a participação política e os atores; os poderes e suas inter-relações; a política, a comunicação política e a opinião pública.⁵⁵ Ângela de Castro Gomes editou *A república do Brasil*, como artigos de Dulce

Chaves Pandolfi sobre “Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil” e de Marieta de Moraes Ferreira, “A República Brasileira: pactos e rupturas”.⁵⁶

Sem a intenção de percorrer toda a trajetória da História Política e muito menos toda a produção historiográfica sobre partidos e participação política no período do Brasil República⁵⁷, pretendi apenas lembrar algumas análises importantes deste processo historiográfico. Pesquisar e refletir sobre nossas vivências políticas será importante ponto de inflexão da História Política para compreendermos o comportamento político dos atores sociais no Brasil a partir de suas realidades sociais e culturais.

NOTAS

¹ As idéias centrais desse artigo foram apresentadas no IV Encontro da ANPUH-DF – *A escrita da História: os desafios da multidisciplinaridade* –, que ocorreu entre os dias 23 e 25 de maio de 2007, na Universidade de Brasília. Gostaria de agradecer o convite da Professora Dra. Diva do Couto Gontijo Muniz, organizadora do evento, para que eu participasse da Mesa Redonda *História e Historiografia do Brasil*.

² FALCON, Francisco. A identidade do historiador. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora FVG, n.º. 17, 1996, pp. 25-26. Disponível também em [http: <www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/183.pdf>](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/183.pdf).

³ DOSSE, François. *A história*. Bauru-SP: EDUSC, 2003, p. 11.

⁴ BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 61.

⁵ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 101-124.

⁶ RÉMOND, René. Por que a história política. In: *Estudos Históricos*, n.º. 13, 1994, pp. 7-19. Disponível também em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/130.pdf

⁷ GRONDIN, Jean. *Introdução à hermenêutica filosófica*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999, p. 140-141.

⁸ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 278-288.

- ⁹ REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 65-90.
- ¹⁰ CARDOS, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 69-103. Sobre a influência do marxismo na produção historiográfica brasileira ver também DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970*. Passo fundo: UPF Editora, 1999, p. 29-61.
- ¹¹ Karl Lamprecht (1856-1915) foi professor na Universidade de Leipzig e criticou com veemência a *Histoire Événementielle* (História dos Acontecimentos). Entre 1891 e 1909 publicou vários volumes da “História da Alemanha” (*Deutsche Geschichte*) baseados na história econômica, na história do direito, na ciência social e na psicologia. Ver Luise Schorn-Schütte, *Karl Lamprecht: Kulturgeschichtsschreibung zwischen Wissenschaft und Politik*, Göttingen, 1994.
- ¹² JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Editora F. Alves, 1974, p. 182.
- ¹³ René Rémond faleceu no dia 14 de abril de 2007, aos 88 anos.
- ¹⁴ RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 19.
- ¹⁵ Id., Do político. In: RÉMOND, René (org.), *op. cit.*, p. 442 e 447.
- ¹⁶ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista História-UNESP*, v. 15, 1996, p. 30.
- ¹⁷ ROSANVALLON, *op. cit.*, p. 33-34.
- ¹⁸ Norberto Bobbio discute se o Estado – mesmo compreendido como ordenamento político de uma comunidade – sempre existiu ou se é um fenômeno histórico que aparece num determinado momento junto à humanidade. Ver BOBBIO, *op. cit.*, p. 73-76. Claude Léffort chama a atenção da impossibilidade de fixar o ponto de partida da história com o nascimento do Estado, sendo este o elemento aglutinador da memória coletiva. Ver LEFFORT, Claude. *As formas da história*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 37-56.
- ¹⁹ As análises de Michael Foucault estenderam os significados de poder em direção aos microcosmos da política e da sociedade (o poder no interior da família, da escola, das fábricas e em diferentes relações sociais). Ver FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- ²⁰ A revisão final do texto para a publicação foi feita no início do mês de outubro de 2007, coincidindo com a decisão do Supremo Tribunal Federal de que os mandatos

parlamentares, eleitos pelo sistema proporcional, pertencem aos partidos e não aos políticos. Segundo os cientistas políticos e historiadores políticos a fidelidade partidária é um dos aspectos indispensável ao fortalecimento das instituições políticas no Brasil, onde tradicionalmente o partido não tem tanto peso quando os eleitores fazem a escolha por um candidato.

²¹ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*, p. 58 e 94.

²² BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 46-53.

²³ LAPA, José Roberto Amaral da. *Historiografia brasileira contemporânea: a história em questão*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 30-109.

²⁴ LAPA, José Roberto Amaral da (org.). *História política da república*. Campinas: Papirus, 1990, p. 12-13.

²⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. In *Estudos Históricos*, n.º. 10, 1992, p. 271. Disponível também em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/109.pdf

²⁶ FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 85.

²⁷ D’ALESSIO, Márcia Mansor & JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico., A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação – 1985/1994. In *Estudos Históricos*, n.º. 17, 1996, pp. 123-149. Disponível também em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/188.pdf>.

²⁸ Ângela de Castro Gomes, Política: história, ciência, cultura etc. In *Estudos Históricos*, n.º. 17, pp. 67-68. Disponível também em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/185.pdf>

²⁹ GOMES, Ângela de Castro. Questão social e a historiografia no Brasil do pós-1980. In *Estudos Históricos*, n.º. 34, p. 157-186. Disponível também em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/391.pdf>.

³⁰ Renomados historiadores e historiadoras no Brasil têm declarado que a escolha de seus objetos de pesquisa é resultado da necessidade de compreensão da realidade do país. Ver, por exemplo, CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005, p. 7-9.

³¹ BETHEL, Lesli (org.). *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

³² Peter Burke define cultura política como “o conhecimento, as idéias e os sentimentos políticos vigentes em determinado lugar e época”, bem como os meios pelos quais esses valores são transmitidos de uma geração para a outra. Ver BURKE, Peter. *História e teoria social*, p. 110-111.

³³ Os partidos políticos não são os únicos canais de participação e representação políticas. Lúcia Avelar resume em três grandes vias os canais de participação: o canal eleitoral, que abrange todo tipo de participação eleitoral e partidária; os canais corporativos, que são instâncias intermediárias entre setores sociais e o sistema estatal; e o canal organizacional, que consiste em forma não-institucionalizada de organização coletiva. Ver AVELAR, Lúcia. Participação política. In: AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004, p. 225.

³⁴ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira república. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 8. ed. São Paulo: Difel, 1977, p. 162-226.

³⁵ BEIGUELMAN, Paula. O processo político-partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito. In: MOTA, Carlos Guilherme Mota (org.), *op. cit.*, p. 317-336.

³⁶ SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil: desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República*. São Paulo: Difel, 1973. Em 2001, o autor fez uma revisão e ampliação dessa obra. Ver SOARES, G. *A democracia interrompida*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

³⁷ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. 3. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.

³⁸ CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

³⁹ ZAIDAN, Michel. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

⁴⁰ Ver MORAES, João Quartim de & FILHO, Daniel Aarão Reis (orgs.). *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, v. 1; J. Q. de Moraes (org.). *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. Campinas: Editora UNICAMP, 1995, v. 2; J. Q. de Moraes (org.). *História do marxismo no Brasil: teorias e interpretações teóricas*. Campinas: Editora UNICAMP, 1998, v. 3; J. Q. de Moraes e Marcos del Roio (orgs.). *História do marxismo no Brasil: visões marxistas de Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 2000, v. 4; Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*.

Campinas: Editora UNICAMP, 2002, v. 5; e M. Ridenti e D. A. Reis Filho (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 60*. Campinas: Editora UNICAMP, 2007, v. 6. Os dois últimos volumes trabalham com partidos, organizações e movimentos de influência marxista no Brasil.

⁴¹ TRINDADE, Héglio. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira (1930-1964)*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996, v. 10, p. 267-335.

⁴² CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1938)*. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

⁴³ MAIO, Marcos Chor & CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge Ferreira; DELGADO, Lucília (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39-61.

⁴⁴ HIPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁴⁵ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

⁴⁶ Idem. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁴⁷ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

⁴⁸ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

⁴⁹ VIEIRA, Margarida Luiza de Matos; GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. *Semeando democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil*. Contagem: Editora Palesa, 1995.

⁵⁰ LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

⁵¹ GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 45-78.

⁵² KINZO, Maria D'Alva. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

⁵³ GRINBERG, Lúcia. Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional. 2004. Tese doutorado – UFF, Niterói, 2004. Ver também da mesma autora o artigo Uma memória política sobre a ARENA. In: REIS, Daniel Aarão
106

; RIDENTI, Marcelo; MORRA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP: EDUSC, 2004, p. 141-159.

⁵⁴ MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁵⁵ AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). *Sistema política brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004.

⁵⁶ GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (orgs.). *A república no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira – CPDOC, 2002.

⁵⁷ Jairo Nicolau afirma ter encontrado, em um levantamento preliminar, cerca de 130 trabalhos sobre o sistema partidário brasileiro no período republicano entre 1945 e 1964. Ver NICOLAU, Jairo. Partidos na república de 1946: velhas teses, novos dados. In *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 47, n.º. 1, 2004, pp. 85-129. Disponível também em <http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n1/a03v47n1.pdf>.

RESUMO: A partir dos anos de 1980 assistimos a uma lenta e contínua revalorização da política, do poder e da ação política. Os novos enfoques sobre a História Política significam, num primeiro plano, reflexões acerca do poder atrelado aos aspectos sociais da existência humana. Desde então, as análises sobre as relações Estado/Sociedade visam demonstrar a complementaridade de ambos. Importante, na Nova História Política, é a percepção de que as relações políticas vigentes na sociedade brasileira ao longo do século XX não se resolvem apenas mediante o estudo do Estado e das suas instituições. Este artigo busca, após a formulação da dimensão da Nova História Política, apontar alguns estudos políticos que têm frutificado sobre o período do Brasil República.

ABSTRACT: From 1980 decade we assist to a slow and continue revaluation of politics, power and political action. The new approaches about Political History mean, in the foreground, reflections concerning the power coupled to the social aspects of human existence. Since then, the analysis about the relations State/Society aim to demonstrate how they complement each other. What is important, in the New Political History, is the perception of how the political relations, valid in the Brazilian society throughout 20th century, can not be solved just through the study of the State and its institutions. This article seeks, after the formulation of the New Political History dimension, to indicate some political studies who have been coming to fruition about Brazil's republican period.